

AGROINDÚSTRIA DE EXPORTAÇÃO E PECUÁRIA NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DA INTEGRAÇÃO DA PRODUÇÃO LOCAL COM O MERCADO INTERNACIONAL, PÓS 1990

Leonela Guimarães da Silva

Professora na Faculdade de Economia da UFMT, doutoranda em Desenvolvimento Econômico no Instituto de Economia da UNICAMP. Endereço: Rua José Duarte, 2015, 16G, CEP: 13084-586, Barão Geraldo, Campinas/SP. E-mail: leonelaguimaraes@gmail.com. Telefone: 55 (65) 9901-2311

AGROINDÚSTRIA DE EXPORTAÇÃO E PECUÁRIA NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DA INTEGRAÇÃO DA PRODUÇÃO LOCAL COM O MERCADO INTERNACIONAL APÓS 1990

Resumo

A expansão da pecuária na Amazônia, enquanto atividade de ocupação econômica do território, foi iniciada na década de 1970 e aprofundada no início da década de 1990, o que contribuiu para expansão de plantas frigoríficas nessa região. Esse processo intensificou-se e tem provocado mudanças estruturais na produção regional, em especial a partir de fins dos anos 1990, com a expansão da participação do Brasil no mercado internacional de carnes. Este artigo analisa as principais transformações decorrentes das estratégias empreendidas pela indústria frigorífica na Amazônia após os anos de 1990. Nossa hipótese é que, a partir dos anos 2000, emerge um novo padrão de expansão da pecuária, baseado na modernização da produção primária regional, ou seja, do na produção do gado para atender a indústria frigorífica, produção de carne bovina, a partir do cumprimento de uma série de normas impostas pelos países importadores à produção nacional, via incorporação da produção dessa regional pelas grandes corporações da indústria frigorífica.

Palavras-chave: Novo primário-exportador. Agroindústria de carne bovina. Amazônia brasileira.

1 Introdução

O objetivo deste artigo é descrever e analisar as principais transformações que estão ocorrendo no território da região amazônica brasileira, a partir da chegada da indústria frigorífica, a qual está interligando esse território a uma dinâmica externa a partir do ciclo das commodities¹. Historicamente, a região amazônica tornou-se uma área capaz de concentrar diversas dinâmicas econômicas, através da extração de recursos naturais, o baixo preço das terras, os subsídios diretos e indiretos do Estado, a expansão da infraestrutura e, em especial, um tipo de ocupação do território que incentivou a deterioração das condições sociais e ambientais.

As transformações recentes que afetaram em especial a oferta de carne bovina constituíram um dos elementos basilares para inserção econômica do país no mercado internacional de commodities. Tais transformações levam-nos a constatar o crescimento da importância da produção frigorífica e a concentração de grupos econômicos nacionais nesta atividade, diferentemente do que acontece com as

¹ Ver Fishlow (2012).

demais commodities brasileiras de exportação, pois são setores cuja cadeia produtiva é fortemente internacionalizada.

Três elementos foram fundamentais para explicar a inserção a liderança do Brasil no mercado internacional de carne bovina, que ocorre após os anos 2000. Um deles corresponde às ações direcionadas pelo Governo Federal, através do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), visando reestruturar a cadeia produtiva de carne bovina. No processo de reestruturação do setor produtor de carne bovina, foi determinante o papel do Estado em articular melhorias na produção e processamento de matéria-prima. As principais medidas foram no sentido de melhorar a qualidade e contribuíram em termos de inovações de processos. Entre as principais medidas se destacam o Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa (PNEFA) e as Portarias 304 e 145.

O segundo elemento da inserção do país corresponde às transformações no mercado mundial de carne bovina nas duas últimas décadas (1990-2010). A incidência na Europa da encefalopatia espongiforme bovina (BSE), popularmente conhecida como “doença da vaca louca”; o foco de febre aftosa em 2002 e o caso confirmado da “vaca louca” nos Estados Unidos e no Canadá em 2003; a seca australiana; e os problemas de febre aftosa no rebanho da Argentina; foram alguns dos fatores que contribuíram para esse segundo elemento. Fatores de ordem sanitária desembocam frequentemente em embargos às exportações; na redução do consumo em função do medo de novas doenças; e, em sacrifício de rebanhos, o que, dependendo da dimensão, implica na redução da oferta de matéria-prima.

O terceiro elemento diz respeito a capacidade produtiva e concorrencial da produção da matéria-prima. O rebanho brasileiro destaca-se desde 1990, aproximadamente, como o segundo maior rebanho mundial e, o país estava entre os 10 maiores produtores mundiais de carne bovina desde o início da década de 90 (USDA, 2011).

No plano interno, no período de 1996 a 2010, apesar da participação dos produtos industrializados na pauta das exportações brasileiras reduzir-se em média 1,44% a.a., as exportações de produtos não-industrializados aumentaram em média 4,6 % a.a. no mesmo período (MDIC, 2014). No que tange à carne bovina, desde 2004, o Brasil se tornou líder nas exportações mundiais e apresentou em 2010 uma participação de aproximadamente 20,54% neste comércio (USDA, 2011).

Neste sentido, tratar o setor de carne bovina brasileira, reflete um momento em que tais mudanças no mercado internacional fizeram avançar o processo de *reprimarização* da pauta de exportações no Brasil, esboçando, assim, uma dinâmica de acumulação que chamamos de *novo primário-exportador*. Trata-se de uma modificação na divisão internacional do trabalho que reforça a preponderância dos

segmentos primários-exportadores brasileiros nas transações comerciais internacionais, não sendo algo apenas decorrente da queda do produto industrial interno, mas sobretudo do conjunto de mudanças organizacionais internas nos segmentos produtores de primários voltados para o mercado externo (agropecuária, biocombustíveis e mineração) e de suas estratégias de inserção externa (MACEDO, 2010a).

Essa mudança não é trivial, pois não apenas reorganiza a produção local de acordo com exigências externas, como imprime um processo de consolidação de uma forma de produção agropecuária típica de modelos de crescimento primário-exportadores, reforçando os mecanismos de “ajuste espacial”, que por um lado reorienta os investimentos de longo prazo e reordena o território na medida em que os novos mercados e as novas capacidades criadas possibilitam a ampliação das fontes de acumulação (HARVEY, 2005). Esse processo também estimula a apropriação do excedente por parte de grupos econômicos específicos, frações do capital nacional, que, em geral, passaram a concentrar e centralizar no território atividades agromercantis modernas.

No caso do segmento frigorífico, este configura-se internamente pela predominância de capital nacional dos grupos que atuam internamente, mas que, além disso, participam da liderança do oligopólio mundial de carne bovina². São grupos exportadores e internacionalizados, de capital nacional³, como JBS, Brasil Foods, Marfrig e Minerva que estão presentes na região Amazônica. A presença de plantas frigoríficas desse oligopólio na região interliga a produção local ao mercado internacional, atendendo as exigências deste, através da adaptação às barreiras não-tarifárias impostas que requerem um processo de transformações e modernização da produção pecuária (matéria-prima: boi gordo) e na sua indústria de transformação, os frigoríficos.

Para a análise, utilizou-se o enfoque histórico-estrutural, trazendo elementos da evolução do setor pecuário e ao mesmo tempo analisando suas determinações econômico-espaciais fundamentais. Dessa maneira, as estruturas econômico-sociais consideradas não estão separadas das decisões estratégicas e de poder dos agentes econômicos, através das suas frações de capital e ou dos seus interesses de classe (RUIZ, 1991). O artigo parte, assim, das relações que se estabelecem entre espacialização e especialização da produção decorrentes da divisão internacional do trabalho, para descrever e analisar as transformações em curso e, em segundo lugar, verificar os principais

² De acordo com Forbes (2015) destacam-se grupos econômicos líderes com atuação no comércio mundial de carne bovina, em sequência, as empresas: JBS, Tyson Foods, BRF – Brasil Foods, Conagra Foods, Hormell Foods, Nippon Meat Packers.

³ De acordo com o ranking Valor (2015) destacam-se, na seguinte sequência, como maiores grupos do setor de carne bovina, atuando no território brasileiro: JBS, BRF – Brasil Foods, Marfrig, Minerva.

rebatimentos dessa dinâmica do setor de carne bovina no território amazônico, com base na análise das estratégias de acumulação de algumas das grandes corporações da indústria frigorífica.

2 Características recentes do padrão de acumulação primário-exportador do Brasil: o caso da pecuária-indústria frigorífica

A base para o processo de acumulação das empresas agroindustriais de carne bovina nacionais originou-se da expansão das exportações brasileiras após os anos de 1990, em especial, a partir de fins dos anos 1999. De forma geral, podemos dizer que o Brasil tem alcançado posição de destaque no mercado internacional com commodities como as carnes, a soja, o algodão, o milho e os minérios. Dentre as exportações brasileiras (em US\$) em 2014 destacaram-se as seguintes: o complexo da soja com 14% dessas exportações; minérios com 12%, petróleo e combustíveis com 11,2%; material de transportes com 9,1%; carnes com 7,5%; químicos com 6,7%; produtos metalúrgicos com 6,4%; açúcar e etanol com 4,6%; máquinas e equipamentos com 3,9%; papel e celulose com 3,2%, café com 2,9%; calçados e couros com 1,9%; equipamentos elétricos com 1,8%; metais e pedras preciosas com 1,3%; e têxteis com 1,1% (MDIC, 2014).

Até meados da década de 90 o Brasil tinha parcela significativa no mercado mundial de carne bovina, mas enfrentava dificuldades para expandir sua participação em dado os problemas sanitários (febre aftosa no rebanho) que implicavam em barreiras não-tarifárias pelos mercados importadores. Por exemplo, a Austrália em 1992, com uma produção correspondente a 4,02% da produção mundial, participava com 23,75% do total mundial exportado, enquanto o Brasil, com uma participação na produção mundial de 9,67%, participava com apenas 8,65% das exportações mundiais de carne bovina (USDA, 2011). O Brasil participava principalmente com as exportações de produtos cárneos industrializados, para qual não há tantas restrições sanitárias como para os cortes in natura. Em 2004 o Brasil passou a ser o maior exportador (em toneladas equivalente-carcaça) de carne bovina, mantendo a trajetória entre países líderes nesse mercado até o momento, com participação de aproximadamente 19% desse mercado, em 2014⁴ (Anualpec, 2015).

Abaixo, nas Figuras 1 e 2, apresenta-se a evolução das exportações brasileiras de carne bovina

⁴ Vale destacar que a participação da Índia nas exportações de carne bovina evoluiu de aproximadamente 8,98% em 2006 para 20,81%, em 2014, tornando-se um forte concorrente para o Brasil, assim como a Austrália que em 2014 teve participação de 18,50% nessas exportações.

nos cortes *in natura*⁵ e industrializados⁶ em mil T.E.C e milhões US\$. Entre 1994 e 2000 as exportações em T.E.C. dos cortes industrializados foram superiores aos cortes *in natura*, mas a partir de 2001 houve predominância dos cortes *in natura*.

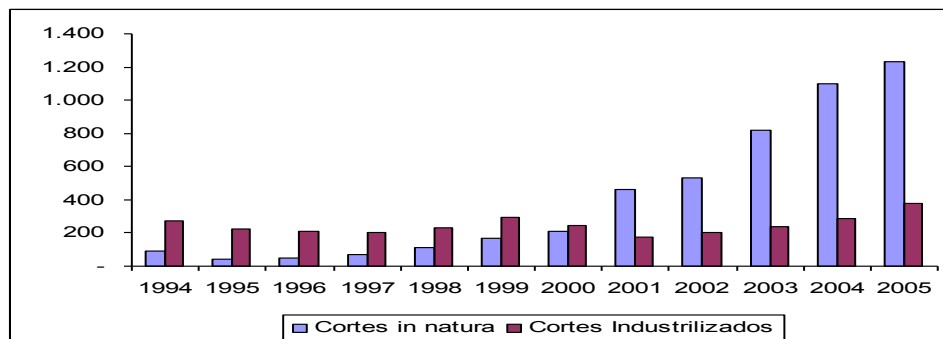


Figura 1 – Exportação brasileira de carne bovina dos cortes *in natura* e industrializados, em mil toneladas (1994-2005)

Fonte: Cálculos realizados com base em dados da ABIEC (2014).

De acordo com CEPA-SC (apud JANK, 1996), a intensidade da ocorrência da febre aftosa na década de setenta levou a uma rápida modernização de alguns frigoríficos brasileiros, no sentido de uma adaptação tecnológica destes para atender ao mercado externo de carne processada.

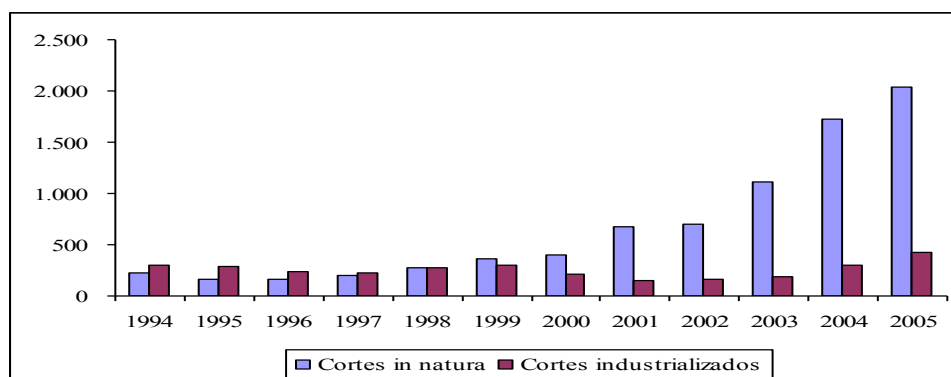


Figura 2 – Exportação brasileira de carne bovina dos cortes *in natura* e industrializados, em milhões US\$ (1994-2005)

Fonte: Elaborado pela Autora a partir de dados da ABIEC (2014).

Ou seja, a inserção externa do setor atendeu a fatos e oportunidades abertas no mercado mundial

⁵ Carnes de animais da espécie bovina, frescas ou refrigeradas: carcaças e meias-carcaças; outras peças não desossadas; quartos dianteiros, traseiros e outras, desossadas. Carnes de animais da espécie bovina, congeladas: carcaças e meias-carcaças; outras peças não desossadas; quartos dianteiros e traseiros; outras desossadas (ABIEC, 2014).

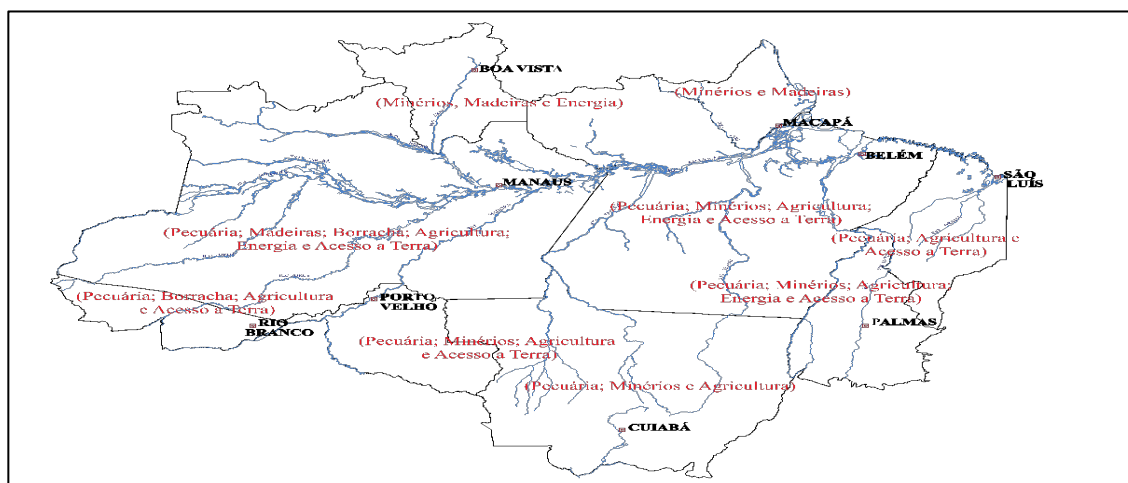
⁶ Outras preparações e conservas de carne, miudezas ou de sangue da espécie bovina (ABIEC, 2014).

de carne bovina nas duas últimas décadas (1990-2010), como já apontado, em um encadeamento de fatores internos e externos. Fatores de ordem sanitária desembocaram e, desembocam, frequentemente em embargos às exportações, na redução do consumo em função do medo de novas doenças e em sacrifício de rebanhos, o que, dependendo da dimensão, implica na redução da oferta de matéria-prima. Desse modo, a capacidade produtiva e concorrencial da produção da matéria-prima foi sendo sistematicamente afetada e o rebanho brasileiro, ganhando cada vez mais destaque. Atualmente, o Brasil possui o segundo maior rebanho mundial e tem estado continuamente entre os 10 maiores produtores mundiais de carne bovina desde o início da década de 90 (USDA, 2011).

Para além da problemática do setor produtor de commodities ser ou não intensivo em tecnologia e competitivo internacionalmente, é necessário entender o papel desse setor na economia subdesenvolvida brasileira. É preciso também entender as relações desse setor com a questão regional, dado que a produção de commodities está “especializando” algumas áreas do território, como na região amazônica brasileira.

Tal configuração da espacialização produtiva (conforme Figura 3) é auxiliado internamente por políticas de desenvolvimento regional (subsídios, incentivos fiscais, linhas de financiamento público e privado), condições edafoclimáticas (tipo de solo, condições climáticas, composição atmosférica e a precipitação pluvial), de uso do solo, de infraestrutura, de custos de mão de obra, de localização em anos recentes, em resposta, principalmente, à divisão inter-regional e internacional do trabalho, por isso a articulação da produção local com a internacional não deve ser tratada em separado e nem ser desconsiderada a maneira como os agentes econômicos internos e externos agem.

Figura 3 - Demandas atuais em escala nacional e mundial por commodities da Amazônia



Fonte: Elaborado a partir de Ferreira e Salati (2005).

A dinâmica de integração dessa produção com o mercado mundial não é ainda um fenômeno generalizado na região Amazônica. Há estados com maior expressão no contexto da reprimarização das exportações brasileiras, que são: Mato Grosso, Pará, Rondônia, Tocantins, Acre e Sul do Maranhão. Estes são locais que concentram a expansão da produção primária e já contam com unidades de processamento da indústria oligopolista das principais commodities brasileiras exportadas.

Em 2004, ano em que o Brasil se tornou líder mundial nas exportações de carne bovina, a União Europeia era a segunda região com maior volume de exportações, mas estas sofreram uma redução de 13,41% a.a. entre 1992 e 2008. A Austrália manteve-se com as exportações estabilizadas, crescendo 1,57% a.a. O Brasil aumentou as exportações em 15,1% a.a. e suas exportações correspondiam a 28,66% das exportações mundiais de carne bovina em 2008.

3 Brasil e Amazônia: a expansão da pecuária para Amazônia, pós ano 1990

Na Amazônia Brasileira, a pecuária ganhou maior destaque nesse novo contexto. As exportações do país em geral estavam historicamente concentradas nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e, posteriormente, com a inserção de Goiás e Mato Grosso. O maior vínculo que esses estados estabeleceram entre a produção e a indústria frigorífica de exportação nessas regiões promoveu uma transformação notável.

No início da década de 1990, o rebanho da região Amazônica era formado por 25.754.886 cabeças de gado, que estavam distribuídos 35,11% em Mato Grosso; 24% no Pará; 16,73% no Tocantins; 13,19% no Maranhão; 6,67% em Rondônia; 2,47% no Amazonas; 1,55%, no Acre, e; 0,27% no Amapá. Em 2008 o rebanho regional de 71.401.878 cabeças de bovinos correspondia a 35,3% do rebanho brasileiro, sendo que a composição do rebanho regional dava-se da seguinte forma: Mato Grosso 36,44%; Pará com 22,75%; Rondônia com 15,65%; Tocantins com 10,35%; Maranhão com 8,77%; Acre com 3,4%; Amazonas com 1,84%; Roraima com 0,67%; e Amapá com 0,13%. Mato Grosso e Pará concentravam aproximadamente 59,18% do rebanho da região, que somado a Rondônia e Tocantins, correspondiam juntos a 85,19% do rebanho amazônico.

Neste ano a região participava com 17,51% do rebanho nacional (Tabela 1). Em relação a participação dos estados no rebanho nacional temos Mato Grosso que em 1990 participava com 6,15%; Pará com 4,2%; Tocantins com 2,93%; Maranhão, 2,31%; Rondônia, 1,17%; Amazonas com 0,43%;

Acre 0,27%; e Amapá 0,43%. Nesse ano o rebanho bovino de Mato Grosso participava com 12,86% no rebanho nacional, o estado do Pará, com 8,03%, Rondônia, 5,52%, Tocantins com 3,65%, Maranhão com 3,10%, Acre com 1,20%, Amazonas com 0,65%, Roraima com 0,24%, e Amapá com 0,05%. Os demais estados brasileiros reduziram sua participação de 82,49% em 1990 para 64,70% em 2008. Fato que se refletiu na importância dos estados da Amazônia no rebanho nacional.

Tabela 1 - Rebanho bovino (cabeças) do Brasil, região amazônica e demais estados e participação percentual (%), em 1990 e 2008.

	1990	Participação (%) dos estados no rebanho		2008	Participação (%) dos estados no rebanho	
	Rebanho (cab.)	Brasil	Amazônia	Rebanho (cab.)	Brasil	Amazônia
Brasil	147.102.314	100,00	-	202.287.191	100,00	-
Amazônia	25.754.886	17,51	100,00	71.401.878	35,30	100,00
Rondônia	1.718.697	1,17	6,67	11.176.201	5,52	15,65
Acre	400.085	0,27	1,55	2.425.687	1,20	3,40
Amazonas	637.299	0,43	2,47	1.312.352	0,65	1,84
Roraima	*	-	-	476.200	0,24	0,67
Pará	6.182.090	4,20	24,00	16.240.697	8,03	22,75
Amapá	69.619	0,05	0,27	95.803	0,05	0,13
Tocantins	4.309.160	2,93	16,73	7.392.515	3,65	10,35
Mato Grosso	9.041.258	6,15	35,11	26.018.216	12,86	36,44
Maranhão	3.396.678	2,31	13,19	6.264.207	3,10	8,77
Demais Estados	121.347.428	82,49	-	130.885.313	64,70	-

* Para este ano não constam dados pelo IBGE do rebanho de Roraima.

Fonte: Elaborado a partir de IBGE (2010).

Alguns estados da Amazônia têm se destacado pelo incremento que apresenta do rebanho bovino nos últimos anos, em detrimento da estabilidade que outros rebanhos brasileiros têm apresentado. Entre 1974-2008 Rondônia foi o estado com maior crescimento anual no rebanho, 18,01% a.a., seguido pelo Acre com crescimento de 9,03% a.a., Pará com 7,84% a.a., Mato Grosso com incremento de 7,05% a.a., e Amazonas com crescimento de 5,42% a.a. O rebanho do Brasil cresceu no período 2,19% a.a., já o da Amazônia 6,74% a.a., e dos demais estados brasileiros, 1,08% a.a. (Tabela 2).

Tabela 2 - Taxa geométrica de crescimento (%) do rebanho brasileiro, região amazônica nos períodos 1974-2008, 1974-1989 e 1990-2008.

Região	1974-2008	1974-1989	1990-2008
Região Amazônica	6,74	7,69	6,41
Rondônia	18,01	28,75	10,58
Acre	9,03	10,18	12,93
Amazonas	5,42	7,50	4,27
Roraima	2,02	2,65	2,98
Pará	7,84	10,66	6,54
Amapá	1,52	-0,70	2,18
Tocantins	3,90	4,85	3,54
Mato Grosso	7,05	7,46	6,54
Maranhão	3,91	6,59	3,81
Demais Estados	1,08	1,88	0,50
Brasil	2,19	2,58	2,05

Fonte: Elaborado a partir de dados do IBGE (2010).

Entre 1974-1989 destacaram-se os estados brasileiros com maior crescimento no rebanho foram Rondônia (28,75% a.a.), Pará (10,66% a.a.), Acre (10,18% a.a.), Amazonas (7,5% a.a.) e Mato Grosso (7,64% a.a.). Neste período registra-se crescimento no rebanho brasileiro de 2,58% a.a, na Amazônia de 7,69% a.a., e nos demais estados de 1,88% a.a.

No período entre 1990 e 2008, o rebanho da Amazônia cresceu 6,41% a.a, do Brasil 2,05% a.a., e dos demais estados 0,50% a.a. Destacam-se nesse período os estados do Acre com incremento de 12,93% a.a, Rondônia com crescimento no rebanho de 10,58% a.a, Mato Grosso e Pará com crescimento de 6,54% a.a, cada estado, Amazonas com crescimento de 4,27% a.a, Maranhão amazônico com 3,81% a.a, e Tocantins que evoluiu 3,54% a.a. o rebanho estadual.

Percebe-se, assim que nos estados da Amazônia a pecuária apresenta expressivo aumento no rebanho em detrimento da estabilidade do crescimento nos demais estados. A região está sendo responsável pelo incremento que ocorre no rebanho nacional.

Quando levamos em conta a evolução da área total, área de pastagens e rebanho bovino dos estados da Amazônia em três recortes temporais, podemos notar algumas diferenças. O primeiro período, de 1975 a 1985, é a fase de pecuária incentivada na Amazônia. O segundo período, de 1985 a 1995, refere-se à fase de crescimento da pecuária na região que teve como principal determinante o deslocamento da produção pecuária extensiva de áreas tradicionais para região. O terceiro momento, de 1995 a 2006, corresponde ao período em que o rebanho começa a se adequar às exigências sanitárias. É neste último período que o Brasil expande suas exportações, sendo que a produção de carne bovina da Amazônia passa a atender o mercado nacional e estabelece as condições para a inserção no mercado

internacional, em especial a partir da chegada das grandes corporações da indústria frigorífica.

O período com maior evolução na ocupação de área com pastagens na Amazônia refere-se a 1975/1985, que apresentou um incremento de 110,13%. O crescimento do rebanho foi de 105,56%, e da área total ocupada 73,13%. As pastagens da região apresentaram um incremento entre 1985/1996 de 19,71% e entre 1995/2006 de 20,44%. No entanto, o rebanho cresceu a taxas semelhantes nos dois períodos subsequentes, tendo crescimento de 102,91% entre 1985/1995 e 97,73% entre 1995/2006. Entre os períodos analisados, a maior expansão nas áreas de pastagens na região ocorre no momento da pecuária incentivada (1975/1985). Percebe-se que de um período para outro a pecuária passa a se intensificar na região, pois se no primeiro momento, com um incremento de pastagens da ordem de 110,1%, o rebanho cresceu 105,56%; no terceiro momento, com um incremento na área de pastagens de 20,44%, o rebanho cresceu 97,7%.

Arima et al. (2005) dividem a pecuária da Amazônia em uma pecuária mais produtiva e outra menos produtiva. Segundo Schneider et al. (2002 apud ARIMA et al., 2005), a pecuária mais produtiva tende a localizar-se nas zonas onde chove mais do que no Centro-Sul do Brasil, isto é, acima de 1.600 mm/ano e abaixo de 2.200 mm/ano, em uma região que corresponde a cerca de 40% da Amazônia. Nessa região, que inclui sul do Pará, Tocantins, Mato Grosso e Rondônia, a produtividade de todos os sistemas de produção extensivos e em larga escala (criação acima de 5 mil cabeças de gado) é, em média, 10% maior que em outras regiões do Brasil.

Podemos inferir dessas transformações que a pecuária amazônica está deixando de ser uma pecuária tradicional, pois a presença de grandes grupos econômicos faz com que a produção da região seja inserida nas grandes redes varejistas como Carrefour, Wal-Mart, Pão de Açúcar e no mercado internacional. A participação da produção da região voltada para esse segmento consumidor ainda é pequena, mas está avançando.

A participação dos principais estados exportadores de carne bovina e dos estados da Amazônia, por volume, entre 2004 e 2009, mostra que o estado de São Paulo sempre foi o maior estado exportador (Tabela 3). No entanto, no período recente, a expansão de plantas exportadoras e de áreas habilitadas para exportação está provocando um deslocamento dessas exportações para outros estados, que passaram a se inserir nessa dinâmica. Na Figura 4 observa-se a distribuição das plantas frigoríficas de exportação no Brasil em 2014.

Figura 4 - Distribuição das plantas frigoríficas exportadoras no Brasil, 2014.



Fonte: ABIEC (2014).

As exportações que mais cresceram foram de alguns estados da Amazônia. São Paulo apresentou uma redução de 10,32% a.a. entre 2004 e 2009 nessas exportações. Em 2004 os estados de Mato Grosso e Rio Grande do Sul apresentavam participação semelhante nas exportações brasileiras de carne bovina, no entanto, o Rio Grande do Sul apresentou uma queda de 4,66% a.a. enquanto Mato Grosso cresceu 24,20% a.a. nessas exportações. O estado do Pará apresentou maior expansão na participação das exportações brasileiras, de 139,41% a.a, seguido por Rondônia 52,28% a.a, Mato Grosso 24,20% a.a, Tocantins 21,93% a.a., Goiás 12,97% a.a. e Mato Grosso do Sul 10,72% a.a.

Tabela 3 - Participação (%) dos estados selecionados nas exportações brasileiras de carne bovina (toneladas), 2004-2009.

Estados	2004	2005	2006	2007	2008	2009	T.G.C.
Mato Grosso	4,43	6,75	13,15	13,98	13,38	13,23	24,20
Rondônia	0,67	1,48	3,32	6,33	7,17	4,34	52,28
Tocantins	0,56	0,59	1,58	0,92	1,07	1,75	21,93
Pará	0,02	0,05	0,64	0,79	0,69	1,79	139,41
Acre						0,04	-
Maranhão	0,01				0,08	0,22	-
São Paulo	70,96	60,34	48,6	48,86	44,12	39,91	-10,32
Goiás	7,1	8,21	14,73	14,9	12,53	12,91	12,97
Mato Grosso do Sul	4,73	9,77	1,72	2,4	7,62	10,48	10,72
Rio Grande do Sul	4,91	5,64	8,38	4,71	4,70	4,40	-4,66
Minas Gerais	1,91	3,01	6,06	5,78	5,52	7,02	26,69
Santa Catarina	0,31	0,63	0,21	0,19	0,26	0,35	-5,95
Outros estados	4,39	3,53	1,61	1,14	2,86	3,56	-5,62
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	-

Fonte: ABRAFRIGO (2010).

Segundo Santos et al. (2007), os preços recebidos pelos pecuaristas da Amazônia são inferiores em pelo menos 17% em relação aos preços recebidos pelos produtores de São Paulo. Segundo os autores, nesta atividade, estão consideradas as distâncias, a qualidade de rebanho e os problemas de manejo sanitário. Outro dado é que o peso maior desta atividade está relacionado à rede de distribuição que controla a cadeia produtiva e onde os principais grupos (frigoríficos e supermercados) assumem a pecuária na Amazônia como parte das práticas extrativistas, tanto no que tange à exploração dos recursos naturais como solo, clima e floresta, como no que concerne ao uso da mão-de-obra. Esses elementos, em conjunto resultariam em um baixo custo da produção pecuária.

O estado que apresentou maior crescimento anual em sua produção no período analisado (1994-2008) foi Rondônia, que tinha a décima produção de carne brasileira em 2008, o correspondente a 4,64% dessa produção. Em 1994 o estado representava a décima sétima produção brasileira, o equivalente a 1,08% dessa produção. Sua produção cresceu 14,01% a.a. O estado do Pará apresentou o segundo maior crescimento entre os estados selecionados, 11,61% a.a, e passou de uma produção de 116.398 t para 501.766 t, o que correspondia em 2008 a 6,85% da produção brasileira de carne bovina. Em 1994 a participação desse estado era de 1,91%. O estado do Acre apresentou o terceiro maior crescimento entre os estados selecionados, 9,10% a.a. Apesar de representativo a participação do estado na produção brasileira que era em 1994 de 0,25% passou para 0,73% em 2008. O estado de Roraima, que representava em 2008 0,25% da produção brasileira apresentou um crescimento de 5% a.a em sua produção.

Mato Grosso, em 1994, representava 5,97% da produção brasileira e evoluiu para 9,36% nessa participação, com crescimento de 4,9% a.a. na produção. Em 1994 o estado era a oitava maior produção do país, e em 2008 representava a quinta maior produção. O estado do Maranhão aumentou sua produção em 3,8% a.a e representava em 2008, 2,14% da produção brasileira.

O estado de Minas Gerais expandiu sua produção em 2,63% a.a, no entanto, este estado representava em 2008, 11,64% da produção brasileira, a maior produção de carne bovina do país, 853.191 toneladas. O estado de Tocantins apresentou crescimento anual de 2,54%, e em 2008 representava 2,9% da produção brasileira. São Paulo reduziu sua participação na produção brasileira de 18,16% em 1994, quando o estado era o maior produtor de carne bovina, para 9,91% em 2008, quando o estado passa a apresentar a terceira maior produção nacional.

4 As estratégias internacionais dos grupos econômicos de brasileiros no segmento agroindústria de carne bovina: os rebatimentos na região amazônica

O padrão de concorrência da agroindústria de carne bovina configura-se a partir de uma estrutura oligopolizada, onde empresas líderes de capital nacional destacam-se nesse oligopólio internacional. Para analisar esse padrão de concorrência é preciso entender os limites que esse setor apresenta, como a limitada possibilidade de realizar inovações em produto⁷. Diante disso, o padrão de concorrência que se verificou, e verifica-se, entre as grandes corporações, do setor, de capital nacional tem se pautado em estratégias competitivas centradas em inovações de processos, voltadas para o atendimento de critérios de qualidade sanitária da carne (barreiras não-tarifárias) e estratégias competitivas de expansão da acumulação de capital. O fator limitante da apropriabilidade dessas estratégias é o volume de capital disponível para empreende-las, pois são estratégias que não possibilitam a criação de patentes.

Entende-se aqui que a acumulação observada nas corporações de capital nacional, em especial, JBS⁸, Marfrig, Minerva foi fruto da adoção de quatro estratégias competitivas, em especial: expansão da produção interna para região Amazônica; abertura de capital; diversificação de mercados: internacionalização via aquisições; diversificação de setores.

A estratégia de expansão da indústria frigorífica para região amazônica (via instalação de novas plantas e aquisições de plantas locais) foi resultante ainda da expansão da produção de matéria-prima (pecuária bovina de corte) se deve a: 1) qualidade da matéria-prima, com os estados de Mato Grosso,

⁷ Para ver mais sobre a discussão teórica desse tema consultar Utterback (1996).

⁸ Bertin e Indepedência foram adquiridas pela JBS.

Rondônia e Tocantins que adotaram o Programa de incentivo à produção de novilho precoce; 2) Mato Grosso ser o único estado com estabelecimentos registrados no SISBOV; 3) fazer parte da área livre de febre aftosa, como no caso de Mato Grosso, Pará, Rondônia, Tocantins e Acre. Atualmente 99% do rebanho brasileiro é reconhecido como livre da febre aftosa.

O processo de aquisição de novas plantas é outro fator importante de expansão dessas corporações, uma vez que essas aquisições implicam não apenas o acesso à uma capacidade instalada, mas também, e principalmente, a uma rede de fornecedores de matéria-prima que já atendiam essas plantas. As grandes empresas nacionais atuam nesse sentido no mercado nacional e internacional, sendo que no mercado internacional atuam na aquisição de grandes empresas do setor, para se posicionarem como corporações líderes a nível mundial.

A estratégia de abertura de capital ocorreu concomitantemente no ano de 2007, nas empresas Marfrig, JBS e Minerva. Tal abertura de capital reverte-se em maior capitalização, o que proporciona capacidade de realização de novos investimentos. A internacionalização do segmento da carne bovina se deu a partir de um processo de aquisição das principais concorrentes e não a partir de instalação de novas plantas que implicassem em concorrência pelo mercado com as líderes regionais.

O setor pecuarista no Brasil está inserido no atendimento dessas exigências através do Serviço Brasileiro de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalinos (SISBOV), criado em 2006, tendo por objetivo registrar e identificar o rebanho bovino e bubalino do território nacional possibilitando o rastreamento do animal desde o nascimento até o abate, disponibilizando relatórios de apoio a tomada de decisão quanto a qualidade do rebanho nacional e importado. Os estados com estabelecimentos registrados no Programa são Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Paraná, Rio Grande do Sul, e São Paulo (MAPA, 2015).

A chegada da agroindústria de exportação à Amazônia vem sendo interpretada como um importante indutor de incorporação de novas tecnologias que tornem a atividade “sustentável”, moderna e reduzam seu impacto sobre o desmatamento. A presença dessa agroindústria está colocando a carne bovina produzida na Amazônia nas prateleiras de grandes redes varejistas no Brasil e no mercado internacional, mas sem que seja evitado o impacto da pecuária sobre o desmatamento progressivo na Amazônia.

Considerando o período de 1990 e 2006 foram desmatados 30,6 milhões de hectares na região. Ademais, descontando os 5,3 milhões de hectares destinados à agricultura e reflorestamento, estimou-se em aproximadamente 25,3 milhões de hectares desmatados e ocupados por pastagens (BARRETO et

al., 2008). Essa estimativa revelou que a pecuária continua como a principal ocupação nas áreas desmatadas na Amazônia, respondendo por algo em torno de 75% a 81% do total desmatado entre 1990 e 2005. No entanto, apesar da atividade ser a principal causa do desmatamento, um estudo de Valentim & Andrade (2009) aponta que a adoção em período mais recente de novas práticas de manejo, principalmente o uso de forrageiras melhoradas e técnicas de manejo de pastagens, evitou a progressão do desmatamento, preservando 147,5 milhões de hectares dos biomas Cerrado e Amazônia. Os estados que mais contribuíram para este resultado foram Mato Grosso, Rondônia e Pará, apesar de estarem entre aqueles que mais desmataram na região.

Quadro 1 - Quadro sinóptico dos principais acordos para adoção de critérios mínimos para operações com gado e produtos bovinos em escala industrial no Bioma Amazônia, 2009-2014.

Data	Evento
01 junho 2009	Publicação “A farra do Boi”, pelo Greenpeace denunciando a relação entre capital público (empréstimos do BNDES), grandes frigoríficos e exportação de carnes da Amazônia com origem em desmatamento.
01 junho 2009	Ministério Público Federal (MPF) entra com uma ação legal contra a Bertin e outros dez frigoríficos, bem como contra vinte fazendas de gado, pedindo pagamento de R\$ 2 bilhões em indenizações pelos danos ambientais causados.
10 junho 2009	Os maiores varejistas do país, Pão de Açúcar, Carrefour e Wal-Mart suspendem os contratos de compra de carne dos frigoríficos localizados no estado do Pará.
03 agosto 2009	Os fabricantes de calçados Nike, Adidas, Timberland, Clarks e Geox anunciaram que não mais usariam em seus produtos couro produzido na Amazônia, sem a garantia de seus fornecedores de que sua produção não é oriunda de áreas de desmatamento, de invasão de unidades de conservação e de terras indígenas ou de práticas de trabalho escravo.
31 julho 2009	Nove frigoríficos, entre eles o Bertin, assinaram um termo de ajustamento de conduta com o MPF que entre outras cláusulas previa que passados seis meses só poderiam ser adquiridos animais de fazendas com Cadastro Ambiental Rural (CAR), do estado do Pará.
05 outubro 2009	Marfrig, Bertin, JBS e Minerva assinam com o Greenpeace um pacto pelo Desmatamento Zero.
07 dezembro 2009	Associação Brasileira dos Supermercados (ABRAS): lança o programa “Certificação de Produção Responsável na Cadeia Bovina”.
20 julho 2010	Os grupos JBS e Marfrig suspenderam juntos relações comerciais com mais de 200 fornecedores com irregularidades, social ou ambiental, no Bioma Amazônico. As empresas tomaram a decisão após detectarem via satélite que parte de seus fornecedores atuavam em áreas de preservação, indígenas ou próximas de desmatamento. A Marfrig, seguindo o acordo firmado com Greenpeace, pelo Desmatamento Zero, já suspendeu 170 fornecedores de sua lista de 2 mil fornecedores de Mato Grosso e Rondônia. A JBS cortou 31 fornecedores e colocou em “alerta” 1.491 fornecedores enquanto verifica a condição desses criadores em Mato Grosso, Pará, Rondônia e Acre. (REUTERS, 2010).
02 abril 2014	Pela primeira vez, os três maiores frigoríficos do país: JBS, Marfrig, Minerva; divulgam publicamente as auditorias de seus sistemas de controle para compra de gado da Amazônia.

Fonte: Elaborado a partir de Greenpeace (2015).

No entanto, esse processo implica em uma reestruturação do ordenamento territorial e regularização fundiária que não são problemas nada simples de serem resolvidos, pois são problemas estruturais presentes na região desde seu processo de ocupação econômica, intensificado durante os planos de desenvolvimento regional do Regime Militar.

A chegada da agroindústria de exportação tem evidenciado o problema da pecuária na Amazônia. Apesar de ser um problema histórico, somente nesse momento em que a atividade fica submetida a estruturas de mercado organizadas e articuladas com as exigências do consumidor que a pecuária passa a ser vista como um problema ambiental na sociedade em geral. Vários estudos apontam o caráter da atividade e a necessidade de ações para conter o desmatamento causado.

Quais as consequências produtivo-territoriais fundamentais dessa forma de expansão do Brasil, sustentada pelo tipo de inserção econômica no mercado mundial de commodities? Tratar-se-ia da constituição de um novo padrão de acumulação *via o segmento primário-exportador*? Quais os reflexos dessas transformações na região Amazônica Brasileira?

De acordo com Carneiro (2012), do ponto de vista histórico, as grandes mudanças da pauta exportadora na América Latina, incluindo claramente o Brasil, ocorreram com velocidade decrescente até os anos 1990. A partir de então, ocorre uma re-especialização para todos esses países nas exportações de bens primários somados à manufatura baseada em recursos naturais, à exceção do México. “Um aspecto a ser destacado é que para os grandes países da região como México, Brasil e Argentina, as mudanças ocorrem durante os anos 1990 e estão mais associadas às reformas liberais postas em prática na região e em menor intensidade ao ciclo de preços dos anos 2000” (CARNEIRO, 2012, p. 31).

Essa configuração se espacializa e gera transformações regionalmente distintas no território, as quais acabam sendo resultado, em grande medida, de decisões externas à região, nesse caso à Amazônia Brasileira. Estabelece-se uma relação entre o local e o internacional e a região torna-se um *locus* dessa relação. No caso específico da região Amazônica, essa relação promove o que? Que consequências ela gera?

Historicamente, a região amazônica teve um papel de articulação entre produção local e mercado internacional, qual seja, a formação do seu complexo regional de produção, com a atividade de extração e exportação da borracha, tendo como auge o período de 1879 a 1912. Esse complexo não se generalizou nesse território, constituindo uma especialização produtiva na extração no interior dos

estados do Pará e Amazonas, e concentrando seus principais resultados em termos comerciais e investimentos em Manaus e Belém, principalmente.

A produção de commodities para exportação é carregada de externalidades negativas, mas, que podem ser corrigidas com normas ambientais e trabalhistas. No entanto, esse não é o único problema que deve ser tratado quando um país se torna dependente da especialização na produção de commodities para exportação. Para além da problemática do setor produtor de commodities, ser ou não intensivo em tecnologia e competitivo internacionalmente, é necessário entender o papel desse setor na economia brasileira e as alterações que se dão concretamente no território a partir da sua espacialização. Portanto, é preciso também entender as relações dessa especialização com a questão regional.

Alguns estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) indicam, para o período pós anos 2000, que o padrão de inserção do Brasil no comércio internacional é muito diferente do padrão do comércio mundial. Prevalece no Brasil as exportações de commodities primárias e de produtos de baixa intensidade tecnológica e intensivos em recursos naturais, que juntos respondem por cerca de 60% do valor das exportações brasileiras. No entanto, no comércio internacional as exportações de produtos de média e alta tecnologia respondem pelo percentual de 60% (ALMEIDA, 2009).

Medeiros (2010) destaca que a década de 1990 foi marcada por respostas às pressões liberalizantes e tecnológicas que os países em desenvolvimento enfrentavam. Uma dessas respostas foi a formação de novas alianças privadas e especialização em atividades com vantagens absolutas de custos, como ocorreu na indústria mexicana e com os recursos naturais da maior parte dos países da América do Sul. Conforme Carneiro (2012) na América Latina, após 1980, optou-se por uma estratégia de rápida abertura e integração passiva que a conduziu a uma re-especialização da sua estrutura produtiva com base em setores de alto conteúdo de recursos naturais (commodities) e, em menor escala de trabalho, como no caso do México onde avançou a industrialização por *maquilas*.

A internacionalização da produção brasileira intensiva em recursos naturais promoveu de certa forma o surgimento de grandes corporações de capital nacional ligados ao processo de transformação dessas matérias-primas, tendo como exemplo clássico as corporações do setor de carnes, mas, ao mesmo tempo intensificou a presença de corporações internacionais no território brasileiro, como do setor de grãos. Essas grandes corporações, no entanto, são dependentes de tecnologias em maquinários, implementos e suplementos agrícolas, que representam setores industriais importantes para completar as cadeias produtivas e internalizar um processo industrial que não seja restrito a transformação de

matéria-prima para exportação, pois, isso configura uma expansão industrial em setores pouco intensivos em tecnologia e reforça o processo de desindustrialização brasileira. Não obstante, a produção de matéria-prima intensiva em recursos naturais ao passo que se moderniza reduz drasticamente a ocupação de mão de obra.

O contexto econômico e político desse período, 1980, guarda relações de dependência com a configuração internacional, que se moldava desde a década de 1970, nas economias desenvolvidas, fundamentada no tripé: financeirização do capital; reestruturação produtiva, e; a adoção de ideias neoliberais. A reestruturação produtiva baseou-se na intensificação da fragmentação dos processos produtivos, principalmente das multinacionais dos países líderes, com a finalidade de encontrar áreas que oferecessem menores custos de produção. É importante destacar a exclusão de alguns dos países periféricos, em especial o caso brasileiro, da reestruturação produtiva internacional durante o período de gestação dessa nova ordem internacional, nas décadas de 1970-80.

Como destaca Carneiro (2012) nos trinta anos que correspondem ao período dessa nova ordem mundial, entre 1980 e 2010, os países da Ásia em desenvolvimento cresceram a uma taxa cerca de três vezes superior aos países da América Latina e este diferencial se mantém nos anos 2000 a despeito do *boom* de preços das *commodities*. A nova ordem representou uma nova divisão internacional do trabalho e colocou o Brasil, e demais países da América Latina novamente na “caixa” dos países especializados na oferta de *commodities* intensivas em recursos naturais para exportação.

Desta forma, o fim da década 1970 representa para o Brasil o início de um período de ajustamento “forçado” ao tripé que passou a orientar as economias desenvolvidas e, que aos poucos foram incorporadas nas economias periféricas, mas, com resultados que tornam-se distintos ao longo do período pós anos 1980, em especial. A partir do momento que o Estado Brasileiro adota o programa de liberalização produtiva, financeira, comercial e tecnológica, pós anos 1990, a economia brasileira, em seus aspectos produtivo e financeiro, foi exposta a uma competição internacional não vivenciada desde 1930.

Na discussão apresentada por Carneiro (2012), é possível visualizar esse movimento de especialização da pauta das exportações como um movimento que não foi restrito ao Brasil, mas, um padrão que se estabeleceu na América Latina, em especial a partir dos anos 2000, com o ciclo de alta dos preços das *commodities*. O autor questiona até que ponto esse período é diferente do período datado como primário-exportador e se estaríamos diante de uma nova configuração do sistema mundial e de novas tendências nos preços, que podem se constituir num importante incentivo para o

desenvolvimento dos países subdesenvolvidos, particularmente na América Latina. Assim, sua análise se realiza a partir de uma distinção entre os tipos de commodities (petróleo, alimentos, metais, matéria-prima), e uma tipologia entre os países da América Latina baseada não apenas no caráter típico de especialização na produção de commodities intensivas em recursos naturais, mas, relacionada as variáveis dinâmicas do crescimento, ou seja, tipo de demanda autônoma do crescimento. Assim, seriam dois os grupos de países: os *export led* e os *domestic led*. No primeiro grupo as exportações líquidas são a principal fonte de demanda autônoma enquanto no segundo, a demanda doméstica. No segundo grupo estão apenas quatro países: Brasil Colômbia, Argentina e Peru e, no primeiro, os demais.

Como destaca Carneiro (2012),

A flutuação de preços das *commodities* tem sérias implicações para as economias latino-americanas. Se as economias possuem um alto grau de abertura e dependência da exportação de *commodities*, a volatilidade acarreta a variação correspondente das receitas cambiais e fiscais com implicações sobre a trajetória da taxa de câmbio e a postura fiscal. Num regime de câmbio flutuante, as variações exacerbadas do valor da moeda nacional criam um clima de elevada incerteza principalmente para aquelas decisões que envolvem prazo mais longo, vale dizer, o investimento. A variação das receitas fiscais, por sua vez, instabilizam o gasto público e, via de regra, afetam o componente do gasto de menor sustentação política, o investimento. A conclusão é que para países muito dependentes das *commodities*, o principal efeito da volatilidade seria a redução das taxas de investimento e do crescimento a longo prazo. **Por essa análise se pode concluir que os efeitos negativos da especialização na produção desses bens independem da existência de uma tendência declinante de preços no longo prazo. Bastam a volatilidade e a especialização.** (CARNEIRO, 2012, p. 23, grifo do autor).

Essas mudanças que passam a se expressar na dinâmica econômica brasileira referente a expansão da participação do Brasil no mercado internacional de commodities intensivas em recursos naturais passaram a suscitar debates, como o apresentado acima a partir de Carneiro (2012), entre outros estudos que procuram tratar dessa temática. No entanto, essa temática ainda é extremamente controversa, em especial sobre as externalidades que essa especialização pode e tem resultado sobre a dinâmica econômica brasileira. Assim, vale destacar o debate apresentado por Buainain, Alves, Silveira e Navarro (2013), onde a discussão central está no debate de Sete Teses sobre o Mundo Rural Brasileiro, na perspectiva das mudanças que estariam sendo observadas no “Mundo Rural Brasileiro” pós anos 1990.

De forma resumida as teses tratam: 1) uma nova fase de desenvolvimento agrícola e agrário, pós anos 1990: no novo padrão se introduz capital em todas as suas modalidades, no centro do desenvolvimento agrícola e agrário; 2) inovações na agricultura: as inovações não se restringem ao

setor e, assim, esse setor está sendo capaz de induzir inovações tecnológicas e incorporá-las, tornando a agricultura intensiva em tecnologia; 3) desenvolvimento agrário bifronte: a política agrária é equivocada e não contribui para acelerar a incorporação de estabelecimentos rurais que poderiam ser economicamente viáveis e não marginalizados do processo de expansão do agronegócio brasileiro; 4) a história não terminou, mas o passado vai se apagando: o tema reforma agrária teria perdido sua relevância, dado o novo contexto do desenvolvimento do agronegócio brasileiro; 5) o Estado – da modernização às novas tarefas: estaria ocorrendo uma redução do financiamento público para agricultura, o que permite que os agentes privados sejam os principais atores do desenvolvimento desse setor; 6) a ativação de uma relação perversa: a prosperidade do agronegócio está marginalizando a população rural e promovendo a migração para o urbano; 7) rumo à via argentina de desenvolvimento: não teria sido realizado no Brasil uma política de desenvolvimento rural, portanto, o desenvolvimento que ora observa-se impôs, semelhante ao que teria ocorrido na Argentina, o esvaziamento demográfico rural, o predomínio da agricultura em larga escala, a alta eficiência produtiva e tecnológica, e o posicionamento do Brasil como maior produtor mundial de alimentos.

Mattei (2014) apresenta uma síntese crítica sobre as “Sete teses do mundo rural brasileiro”. Para esse autor, as teses apresentam muito mais uma discussão sobre a trajetória de evolução da agricultura do que da história agrária brasileira, mesmo que, ao tratarem as teses, tentem tratar como igualitária a questão agrária e o desenvolvimento da agricultura, que no caso é tratada a partir da evolução do agronegócio brasileiro. Assim, a crítica do autor ultrapassa aquilo que as Sete teses propõem como uma análise do mundo rural brasileiro: a expansão setorial da agricultura brasileira. Portanto, o debate das Sete teses deveria ser baseado numa análise do desenvolvimento rural brasileiro numa perspectiva de fenômenos do pós II Guerra que moldaram a trajetória desse espaço. Em especial a crítica se dirige a interpretação do tratamento sobre o padrão de acumulação, que nas Sete teses é compreendido como um padrão baseado em capital e inovações tecnológicas, com redução do papel da terra nesse processo, ao passo que os dados evidenciam a expansão da incorporação de novas fronteiras como um elemento fundamental do processo de acumulação do agronegócio brasileiro, e, portanto, com reflexos diretos na questão agrária.

Um outro debate que se apresenta sobre a temática da especialização na produção de commodities intensivas em recursos naturais é o trabalho organizado por Belluzzo, Frischtak, Laplane (2015). Ao longo dessa publicação os diversos autores que participaram da elaboração do documento, procuram sintetizar três elementos principais e fundamentais para se pensar o desenvolvimento

econômico a partir da produção de commodities. O primeiro elemento corresponde a exemplificação de “casos de sucesso” em que a especialização na produção de commodities intensiva em recursos naturais é capaz de promover o desenvolvimento industrial, como teria ocorrido com os Estados Unidos a partir do desenvolvimento da mineração, a qual teria impulsionado à indústria de transformação, a partir de fins do século XIX; com o papel do conhecimento na formação da indústria sueca, a partir do setor de papel e celulose, também em fins do século XIX; o caso da Nokia, na Finlândia a partir do desenvolvimento da indústria madeireira de 1869; e a mineração australiana, a partir de 1970.

O segundo elemento corresponde ao papel das inovações tecnológicas na agricultura brasileira. Os autores procuram apresentar a capacidade de estimular inovações tecnológicas que a agricultura assumiu, tornando-a cada vez mais produtiva e competitiva internacionalmente. No entanto, os autores pecam ao não compreender a distinção que deve ser ainda feita e entendida entre agricultura versus indústria, que é distinta do desenvolvimento de um setor de transformação industrial que está integrado a agricultura. Ainda em relação a essas inovações, quando se olha o caso brasileiro, deve-se compreender o predomínio que as grandes corporações do setor exercem sobre essa tecnologia, sendo que são multinacionais e, portanto, não estão gerando estímulos para a indústria brasileira.

O terceiro elemento corresponde a uma síntese do que se compreende a partir da publicação organizada por Belluzzo, Frischtak, Laplane (2015). A tese geral pode ser compreendida como a percepção que o desenvolvimento econômico somente se realiza a partir do desenvolvimento industrial, no entanto, considerando os “casos de sucesso” em que a produção de bens intensivos em recursos naturais foi capaz de impulsionar a industrialização, o desenvolvimento do agronegócio brasileiro, considerando suas inovações e competitividade internacional, seria capaz e promover o desenvolvimento industrial brasileiro.

Essa breve revisão da literatura apresenta questões que são fundamentais para nortear a discussão de pano de fundo, qual seja, a compreensão do fenômeno da expansão da produção brasileira de commodities intensivas em recursos naturais para exportação e como isso está se consolidando espacialmente, em especial na região amazônica brasileira e, a partir disso compreender as principais transformações nesse território.

5 Considerações finais

O que há de novo nessa discussão é que, apesar de o padrão de concorrência da agroindústria de

carne bovina brasileira participar como grandes corporações de uma estrutura oligopólica internacional, em função das novas exigências (comerciais, financeiras, sanitárias e ambientais) prevalentes no mercado mundial de commodities, a emergência das corporações de capital nacional, desse setor, passam a liderar o setor pecuário e sua cadeia produtiva ganhou maior importância ultimamente, pois os capitais de tais corporações têm implicações sobre o *ajuste espacial*.

A investigação dessas determinações está inserida em uma discussão ampla que vem sendo realizada para compreender o fenômeno que vem se construindo na economia brasileira, realçadas, principalmente, em construções teóricas que tratam da desindustrialização e da especialização da estrutura produtiva brasileira (FEIJÓ, CARVALHO e ALMEIDA, 2005; CANO, 2008; CANO, 2012; CANO, 2014; MACEDO 2010a; MACEDO, 2010b; MACEDO e MORAES, 2011; SAMPAIO, 2015). A partir dessas interpretações identifica-se uma preocupação comum em tratar desse possível “deslocamento” do centro dinâmico da economia brasileira para o setor primário, concentrado na produção de commodities intensivas em recursos naturais para exportação, mas que agora são integradas as indústrias de transformação no território brasileiro, mas, respondendo à nova divisão internacional do trabalho e não ao desenvolvimento interno, com capital nacional, de tecnologia para esses setores.

Nesse cenário, a estrutura produtiva da agropecuária brasileira tem se configurado uma dinâmica de acumulação centrada no setor exportador no período pós anos 1990, o que se levanta como agenda de pesquisa é se estamos ou não a um passo de constituir o que denominamos de *novo primário-exportador*, com características bem distintas do passado, mas que tem refletido, no limite, uma redefinição do centro dinâmico econômico brasileiro pautado na produção de bens intensivos em recursos naturais em detrimento do desenvolvimento industrial intensivo em tecnologia.

Referências

ABIEC - Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes. (2014). *Associados*. Disponível em: <<http://www.abiec.com.br>>. Acesso em: 20 mar. 2014.

ABRAFRIGO - Associação brasileira de frigoríficos. (2010). *Estatísticas*. Disponível em: <<http://www.abrafrigo.com.br>>. Acesso em: 12 mar. 2010.

ALENCAR, A. et al. (2004). *Desmatamento na Amazônia: Indo além da “Emergência Crônica”*. Belém: IPAM.

ANUALPEC – Anuário da pecuária brasileira. (2015). *Anuário da pecuária brasileira - 2015*. São Paulo: FNP.

ARIMA, E.; et. al. (2005). *Pecuária na Amazônia: tendências e implicações para a conservação ambiental*. Belém: IMAZON.

BARRETO, P.; et. al. (2008). *A pecuária e o desmatamento na Amazônia na era das mudanças climáticas*. Belém: IMAZON.

BELLUZO, L. G. de; FRISCHTAK, C. R.; LAPLANE, M. (Orgs.). (2014). *Produção de Commodities e Desenvolvimento Econômico*. Campinas: IE/Unicamp.

BUAINAIN, A. M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M. F. J. da; NAVARRO, Z. (2013). *Sete teses sobre o mundo rural brasileiro*. Revista de Política Agrícola, v. XXII, p. 105-121, 2013. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/politica-agricola/publicacoes/revista-de-politica-agricola>>. Acesso em: 22 nov. 15

CANO, W. (2008). *Desconcentração Produtiva Regional do Brasil: 1970-2005*. 1. ed. São Paulo: Unesp. v. 1.

_____. (2012). *Da Década de 1920 à de 1930: transição rumo à crise e à industrialização*. Economia (Brasília), v. 13, p. 897-916. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/revista/vol13/vol13n3bp897_916.pdf>. Acesso em: 20 out. 15.

_____. (2014). *(Des)industrialização e (Sub)desenvolvimento*. Texto apresentado no II Congresso Internacional do Centro Celso Furtado em 2014. Disponível em: <http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201409081611590.Desindustrializa%C3%A7%C3%A3o%20e%20Subdesenvolvimento_Cano_congresso2014.pdf>. Acesso em: dez. 2014.

CARNEIRO, R. de M. (2012). *Commodities, choques externos e crescimento: reflexões sobre a América Latina*. Santiago: Cepal. (Série Macroeconomía del desarrollo). Disponível em: <<http://www.cepal.org/pt-br/publicaciones/5349-commodities-choques-externos-e-crescimento-reflexoes-sobre-america-latina>>. Acesso em: 20 nov. 15.

FEIJÓ, C. A.; CARVALHO, P. G. M. de; ALMEIDA, J. S. G. de. (2005). *Ocorreu uma desindustrialização no Brasil?*. São Paulo: IEDI.

FERREIRA, A. M. M.; SALATI, E. (2005). *Forças de transformação do ecossistema amazônico*. Estudos Avançados 19 (54), 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000200003>. Acesso em: 20 jun. 15.

FISHLOW (2012). O ascenso recente nos preços das commodities e o crescimento da América Latina: mais que vinho velho em garrafa nova?. In.: BACHA, E. *Belíndia 2.0: Fábulas e ensaios sobre o país dos contrastes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

GREENPEACE. (2015). *A farra do boi na Amazônia*. Disponível em: <www.greenpeace.org/Brasil/>.

Acesso em: 05 jun. 2009.

HARVEY, David (2005). *O “novo imperialismo”-ajustes espaço-temporais e acumulação por desapossamento*. Lutas Sociais-Desde 1996-ISSN 1415-854X, n. 13/14, p. 9-23.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2010). *Sistema IBGE de Recuperação Automática*: Pesquisa Pecuária Municipal. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 12 fev. 2010.

JANK, Marcos Sawaya. (1996). *Competitividade do Agribusiness Brasileiro: Discussão Teórica e Evidências no Sistema de Carnes*. 195 f. Dissertação (Doutor em Administração) Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MACEDO, F. C. (2010a). *Inserção comercial externa e dinâmica territorial no Brasil*. REDES (Santa Cruz do Sul. Impresso), v. 15, p. 89-114, 2010a. Disponível em <http://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/1268/1245>. Acesso em: 20 out. 14.

MACEDO, F. C. (2010b). *Inserção externa e território: impactos do comércio exterior na dinâmica regional e urbana no Brasil (1989-2008)*. 2010b. 302 f. Tese (Livre-docência) – Unicamp, Campinas, 2010b.

MACEDO, F. C.; MORAES, J. M. L. (2011). *Inserção comercial externa e dinâmica territorial no Brasil: especialização regressiva e desconcentração produtiva regional*. INFORME GEPEC (Impresso), v. 15, n.3, p. 82-98, 2011. Disponível em <http://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/5077/4024>. Acesso em: 09 out. 14.

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. (2015). *Lista de propriedades APTAS - Brazil bovine holdings list*. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Aniamal/SISBOV/Lista_APTAS.pdf>. Acesso em 20 out. 15.

MATTEI, L. (2014). *Considerações acerca de teses recentes sobre o mundo rural brasileiro*. RESR, Piracicaba-SP, Vol. 52, Supl. 1, p. S105-S124, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032014000600006&script=sci_arttext>. Acesso em 20 nov. 15.

MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. (2014). *Estatísticas do Comércio Exterior*: Outras estatísticas de Comércio Exterior. MDIC: Brasília, 2014. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=608>> Acesso em: 24 de abr. 2015.

MEDEIROS, C. A. de. (2010). *Auge e declínio dos estados desenvolvimentistas. Novos desafios. Parcerias estratégicas*. v. 15, n. 30, p. 159-176, 2010.

REUTERS. (2010). *Frigoríficos do Brasil apertam cerco a pecuaristas na Amazônia*. Reuters, 2010. Disponível em: <<http://br.reuters.com/article/businessNews/idBRSPE66J0TT20100720>>. Acesso em: 20 jul. 2010.

RUIZ, E. E. S. (1991). *Apuntes sobre una metodología histórico-estructural* (Con énfasis en el análisis

de medios de difusión). *Comunicación y Sociedad*, n. 10-11, setiembre-abril.

SAMPAIO, D. P. (2015). *Desindustrialização e estruturas produtivas Regionais no Brasil*. 2015. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Unicamp, Campinas, 2015.

SANTOS, M. A. S. dos. et al. (2007). *Mercado e Dinâmica Local da Cadeia Produtiva da Pecuária de Corte na Região Norte*. Belém: BASA, 2007. (Estudos Setoriais, 1).

UTTERBACK, J. (1996). *Dominando a dinâmica da inovação*. Rio de Janeiro: Qualitymark.

USDA – United States Departamento of Agriculture. (2011). *Statistics of Agriculture*. Disponível em: <<http://www.usda.gov/wps/portal/usdahome>>. Acesso em: 15 nov. 12.

VALENTIM, J. F.; ANDRADE, C. M. S. (2009). *Tendências e perspectivas da pecuária bovina na Amazônia brasileira*. Amazônia: Ciência e Desenvolvimento. Belém: BASA, 2009. v. 4, n. 8, p. 7-30.

VALOR. (2015). *Valor 1000 – Ranking maiores empresas em 2014*. 2015. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/valor1000/2015/ranking1000maiores>>. Acesso em 07 nov. 15.